ATA nº 02/2021

Aosquatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniu-se, ordinariamente, o Comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCTI - na sala de reuniões virtual meet.google.com. Presentes: Suzane da Rocha Vieira, Tito Roberto SantAnna Cadaval, Vanusa Pousada da Hora, Vinicius Menezes de Oliveira, Viviane Kwecko, ZeliaSeibt do Couto, Danilo VicensottoBernando, Eder Dion de Paula Costa, Camila de Martinez Gaspar Martins, Andrea Von Groll, Bruna Nornberg, Cesar Costa, Everaldo Arashiro, Fabio Amaral, João FransciscoProlo, Fernanda Pimpão, Leandro Bugoni, e, como convidados, a coordenadora de Bolsas Institucionais, Dinalva Sales, e o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Eduardo Resende Secchi. Aberta a reunião e verificado quórum, o Presidente do CCTI, Vinícius Menezes de Oliveira, inicioua reunião conforme segue: 1)**Discussão sobre os rendimentos dos alunos do programa de ações afirmativas– PROAAf.**Dinalva apresenta os Coeficientes de rendimentos dos discentes da FURG, comparando os valores dos alunos com e sem ações afirmativas. De acordo com os resultados, mesmo sem a reserva de vagas os alunos PROAF alcançam as vagas de bolsa na mesma proporção de distribuição que entram na universidade. Essa conclusão foi possível através da apresentação realizada neste dia, em que, foi mostrado uma análise temporal dos semestres de 2017A, 2017B, 2018A, 2018B, 2019A e 2019B dos coeficientes de rendimentos de estudantes com PROAf e sem PROAf para as diferentes áreas do conhecimento dos cursos de graduação da FURG. Vinicius sugere um futuro acompanhamento incluindo bolsistas FAURG, a fim de averiguar os potenciais impactos dos benefícios sobre os alunos bolsistas. Andrea comenta a importância do trabalho e que seria interessante a apresentação para as Unidades. Para César é necessário cuidado na apresentação desses dados que podem levar a uma má interpretação, uma vez que se não existe diferença entre cotistas e não cotistas, podem resultar na ideia de que o sistema de cotas não é necessário. Vinicius ressalta que ano que vem fecham 10 anos da lei de cotas e que é importante mostrar que o rendimento dos não cotistas é semelhante aos cotistas. Isso fortalece a defesa da política das cotas e evidencia que as cotas não causam queda no rendimento. Para Eder, a análise mostra que a partir de uma política pública é possível conseguir a inclusão de classes menos favorecidas, mostrando que esse segmento da sociedade tem capacidade de atuar ativamente dentro da academia. Para Cesar, também é necessário destacar o rendimento deles em participação na produção científica (publicações e patentes), não só no rendimento acadêmico. O Pró-reitor relata que isso é um papel muito forte do pesquisador e que é necessária uma mudança cultural do orientador, de forma a envolver mais o aluno de iniciação científica nas etapas finais da produção cientifica. Ainda, relata que, como

gestão, o SisProj tem pedido nos relatórios uma discriminação da publicação científica e da participação dos alunos nessa produção. **2)Aprovação do Edital EPEC FURG.** Leandro apresenta o Edital e relata as modificações em relação ao edital anterior. Inicialmente se propôs 64 bolsas, mas a instituição conseguiu manter as 80 bolsas, demonstrando empenho institucional na manutenção das mesmas. Leandro também fala que a PROPESP está trabalhando para simplificar o sistema de solicitações de bolsa. O objetivo final é que o SisProj seja integrado à Plataforma Lattes - CNPq, facilitando o cadastro de informações pelo pesquisador, e que todos os editais de bolsas de pesquisa sejam unificados e lançados com antecedência, dando maior tempo ao pesquisador se inscrever e para a Pró-reitoria avaliar. Além disso, trás a notícia de que houve entendimento por parte da procuradoria de que os Técnicos Administrativos podem realizar pesquisa e, portanto, não existe nenhum impedimento legal quanto à participação deles nos Editais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica. Camila demonstra preocupação, pois isso acarreta em menor disponibilidade de cotas para os docentes, principalmente para os docentes com baixa produtividade e sobre carregados com outras atividades, incluindo aulas, os quais não são ministradas por TAEs. Zélia ressalta que o impedimento dos TAE de participar de Editais de Bolsa e, com isso, contribuir com a pesquisa, acaba desestimulando que se qualifiquem com doutorado. Para ela, a questão é discutir porque alguns docentes não estão conseguindo essas bolsas. Leandro afirma que são poucos os TAE que possuem currículo competitivo para serem contemplados com uma bolsa e que, em conjunto, eles não absorvem um quantitativo significativo das cotas. Ressalta que a PROPESP tem realizado um esforço em localizar núcleos e identificar os docentes que não estão conseguindo inserção na pesquisa. Também comenta que gostaria de discutir, mas presencialmente, a redução da possibilidade de obtenção com duas bolsas Iniciação Científicapor orientador, para uma, para que seja possível atender a um contingente maior de pesquisadores. Eduardo relata que já houve um avanço nesse ponto, pois já houve uma época que os bolsista de produtividade ficavam com a maioria das bolsas. Para Tito, um problema é que os TAEs com condições de concorrer a uma bolsa estão vinculados a grupos de pesquisa bem consolidados e que já possui um docente altamente produtivo e isso acaba concentrando as bolsas em um único laboratório. Vinicius comenta que esse modelo de alocação de bolsas nos indivíduos está esgotado nesse modelo, que o ideal seria a alocação de cotas por Unidade Acadêmica, mas em grupos produtivos e sugere alocar as bolsas por Unidade Acadêmica, através de novas métricas para seleção. Leandro lembra que a Resolução Normativa do CNPp 017/2006 obriga que as bolsas sejam alocadas ao orientador. Danilo relata sua dificuldade como recém pesquisador e questiona se as bolsas de pesquisa são tão importantes para os grupos de pesquisa consolidados quanto para grupos inconsolidados. Para ele seria interessante o incentivo, através de pontuação, para docentes de novos grupos de pesquisa. Leandro comenta que as cotas CNPq devem ser destinadas aos pesquisadores altamente produtivos, conforme RN citada, mas que o EPEC dá maior liberdade no processo seletivo. Ainda, ressalta que mais importante que diminuir a heterogeneidade é

aproximar os grupos e que a DIPESQ vem trabalhando nisso. Camila comenta que essa é uma discussão bastante longa e importante e que o ideal é que ela seja realizada com antecedência ao lançamento dos Editais. Leandro concorda e comenta que está sendo avaliada e testada a eventual implementação de um Edital unificado para os três financiadores no futuro. Camila questiona sobre o plano de trabalho, se,por causa da pandemia, deve constar descrição de atividade remota ou presencial. Para ela o correto seria a inclusão de atividade remota. Eduardo relata que não há uma previsão de retorno, portanto deve-se colocar o previsto e, se não for possível, justificar. Leandro afirma que vai repassar a orientação ao comitê de bolsas para que o comitê tenha um olhar mais flexível a isso para que bolsas não sejam reprovadas por esse motivo. Camila ainda questiona a não possibilidade de participação das mulheres em licença maternidade, que isso parece umapenalização: sair em licença maternidade e perder a bolsa. Leandro explica que, em demanda ocorrida nos últimos anos a FURG discutiu amplamente e possibilitou que afastamentos de curto prazo do orientador, com limite de até três meses, possam ser cumpridos remotamente, se previstos no plano de trabalho do bolsista ou apresentados posteriormente. No entanto, em caso de gestantes o prazo de afastamento extrapola esse período, o que poderia comprometer o desenvolvimento e acompanhamento das atividades dos bolsistas. Isso não ocorre no caso de um curto período de afastamento. Adicionalmente, e mais importante, o afastamento por razões definidas legalmente, por exemplo, relacionados à saúde ou maternidade, impedem a atribuição de atividades inerentes ao trabalho, tais como a orientação e supervisão de estudantes de iniciação científica. A Universidade estaria agindo em desacordo com a legislação trabalhista, caso adotasse tal procedimento. Além de que manter a quota de bolsa de recém-mães implicaria em exigir destas que dedicassem parte de seu tempo, adquirido legalmente, ao trabalho. Desta forma este impedimento no edital visa proteger as mães, em gozo de seus direitos, e não penalizá-las. Assim, no intuindo de corrigir distorções relacionadas à maternidade, as recém-gestantes, ao retornarem ao trabalho, têm quotas de bolsa reservadas no edital EPEC. Camila questiona a possibilidade de a mãe designaroutro orientador para o período. Leandro reafirma que a RN não permite, já que as cotas são intransferíveis, mas que o CNPq possui atualização da RN, ainda não publicada, que flexibilizaria este ponto. Colocado em votação, o edital EPEC é aprovado por unanimidade. **3) Aprovação dos editais PROBIC/PROBITI FAPERGS.** Leandro apresenta as alterações no EditalFAPERGS. João questiona a duração de 13 meses desse Edital. Leandro explica que FAPERGS quer alinhar os editais com CNPq, por isso haverá a duração maior neste ciclo. Depois de colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **4)Aprovação dos editais PIBIC/PIBIC-Af e PIBITI CNPq** Leandro apresenta as alterações no Edital CNPq que, após colocado em votação, foi aprovado por unanimidade.Como assuntos gerais, Vinicius avisa que não participará mais do CCTI, agradece o longo tempo que pode contribuir, mas relata que possui

novas atividades que estão demandando atenção.Sem mais, encerrou-se a reunião. Esta ata, após lida e devidamente aprovada, será assinada pelo presidente e por mim, Gabriela, que a redigi.

Vinicius M. Oliveira

Presidente

Gabriela Amaral de Rezende

Secretária